
Os vários corpos de George Floyd: reflexões sobre a *ação política* em Judith Butler

The various bodies of George Floyd: notes about political action on Judith Butler

Giovanni Diniz¹

Resumo

O presente ensaio busca analisar a abordagem policial letal de George Floyd nos Estados Unidos em 2020 e as manifestações sociais que ocorreram logo após sua morte, relacionando esses eventos com a teoria filosófica de Judith Butler sobre ação política. Para tanto, utiliza-se da leitura das obras “A vida psíquica do poder” (1997), “Vida precária” (2004), “Quadros de Guerra” (2009) e especialmente “Corpos em aliança e a política das ruas” (2015), todas de Butler. Com isso, o texto conclui que a perspectiva teórica da autora se revela plenamente cabível aos contornos fáticos do caso Floyd, o qual ocorreu após as publicações acadêmicas, sendo as teses de Butler uma lente interpretativa possível ao episódio histórico em questão e, em dada medida, a demais atos de protesto contemporâneos.

Palavras-Chave: Racismo institucional; ação política; assembleia.

Abstract

The present essay seeks to analyze the fatal police violence against George Floyd in the United States in 2020 and the demonstrations that occurred immediately after his death, relating these events to Judith Butler's philosophical theory about political action. In order to do so, it is used the reading of the works “The Psychic Life of Power” (1997), “Precarious Life” (2004), “Frames of war” (2009) and especially “notes toward a performative theory of assembly” (2015), all by Butler. With this, the text concludes that the author's theoretical perspective reveals itself to be applicable to the factual scenario of the Floyd case, which occurred after the academic publications, being Butler's theses, thus, a possible interpretive lens to the historical episode in question and, to a certain extent, to other contemporary acts of protest.

Key-words: Structural Racism; political action; assembly.

¹ Mestrando em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Especialista em Antropologia Cultural pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) e Direito Penal e Criminologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Bacharel em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA) e em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Diretor de Pesquisa da Escola da Defensoria Pública do estado do Paraná.

I – O CORPO NEGRO CAÍDO NO CHÃO²

No dia 25 de maio de 2020, segunda-feira, mais um episódio de racismo viria a repercutir social e midiaticamente nos Estados Unidos e ao redor do mundo. Naquele dia, mais uma vida negra entrava nas tristes estatísticas da violência policial americana, computando mais um corpo caído no chão, como resultado de uma intervenção letal de agentes de segurança pública. George Floyd, homem preto de 46 anos, foi assassinado em plena luz do dia na cidade de Mineápolis, em Minnesota.

Naquele dia, Floyd foi abordado por quatro policiais do estado do Minnesota, após chamado de um funcionário de um mercado da região, por este suspeitar que o civil havia utilizado uma nota falsificada de vinte dólares no estabelecimento comercial, em sua compra de cigarros³. Já imobilizado no meio da rua, sem oferecer qualquer possibilidade de resistência às autoridades e sem estar armado, um dos quatro policiais que atendeu ao chamado – todos brancos – ajoelhou-se durante 8 minutos e 46 segundos sobre o pescoço de Floyd, que, agonizando de bruços no asfalto, avisava em seus apertados suspiros que não conseguia respirar: *'I can't breathe, I can't breathe'*. George Floyd, em menos de 5 minutos, repetiu ao menos 16 vezes que não conseguia respirar⁴. George Floyd morreu por essa asfixia mecânica naquele 25 de maio, conforme confirmação de laudo médico⁵.

Sua morte, legalmente injustificada, foi gravada em vídeo por espectadores aflitos que exigiam, sem sucesso, que aqueles policiais parassem com a forma truculenta de sua

² FLAUZINA, Ana Luiza. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**. Brasília. Programa de Pós-graduação em Direito, Universidade de Brasília, 2006. Dissertação de Mestrado em Direito.

³ BBC NEWS. **George Floyd: o que aconteceu antes da prisão e como foram seus últimos 30 minutos de vida**. Disponível: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52868252>

⁴ THE NEW YORK TIMES. **How George Floyd Was Killed in Police Custody**. Published May 31, 2020.

⁵ USA TODAY. **Fact check: George Floyd's death ruled a homicide, not fentanyl overdose**. April, 2021. Disponível em: <https://www.usatoday.com/story/news/factcheck/2021/04/21/fact-check-george-floyd-autopsy-ruled-his-death-homicide/7317557002/>

abordagem. As imagens circularam o mundo pelas redes sociais e pelos noticiários estadunidenses e internacionais, eclodindo numa série de protestos nas ruas e de manifestações na *internet*.

As cenas do assassinato de Floyd pelo Estado geraram a todos revolta pelas mais diversas razões. Para alguns, pelo simples absurdo daquelas circunstâncias e do modo como a abordagem se deu, em forma que fugia completamente da aplicação de qualquer protocolo democrático sobre o uso da força policial, tanto dos *standards* nacionais quanto dos internacionais⁶. Ou seja, gerou-se revolta porque aquela cena, realmente indigesta, significava, para alguns, de forma simples, um despreparo intolerável, independentemente de quem tivesse sido o alvo da detenção violenta, sem muito se refletir sobre esse dado fático.

Para outros, a revolta se dava porque não haveria ali qualquer cenário de “despreparo” na atuação policial, não sendo, assim, “um caso isolado” ou um quadro de mero excesso na abordagem policial. Tratava-se, para estes, na realidade, de uma revelação explícita do projeto eugenista e racista que permeia há séculos e institucionalmente – nas práticas culturais, sociais e penais – o Estado-nação que se conclama o mais libertário e democrático do planeta: *This is America!*⁷; isto é, uma revolta com recorte analítico qualificado, racial, para além do exame sobre a atuação policial em si, de modo descontextualizado acerca de quem seria o alvo daquela conduta oficial.

Esse fator – a *questão* racial – é inafastável no presente caso e em realidades próximas. Em sociedades com herança colonial e escravagista, não se é possível realizar uma leitura da atividade policial e da repressão estatal sem as desvincular do viés de raça. E isso nem mesmo quando a leitura já se é feita sob à luz crítica, como, por exemplo, com o enfoque de classe; pois essa abordagem econômica-material, ainda que de suma relevância para o exame da

⁶ Das normas internacionais, é possível destacar que a atuação daqueles agentes policiais desrespeitou os preceitos contidos no Código de Conduta para Encarregados da Aplicação da Lei (CCEAL), aprovado em Assembleia das Nações Unidas, em 1979.

⁷ GAMBINO, Childish. *This is America*. YouTube. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=VYOjWnS4cMY>

realidade vivida, não se mostra em todos os cenários sempre suficiente para explicar as circunstâncias complexas que envolvem esse tipo de fenômeno social, multidisciplinar, mesmo que essa sociedade e essa realidade material estejam imersas num sistema econômico condicionante de demais aspectos sociais. É o que sustenta Silvio Almeida na tese *racismo institucional*:

O conflito social de classe não é único conflito existente na sociedade capitalista. Há outros conflitos que, embora não se articulem com as relações de classe, não se originam delas e tampouco desapareceriam com ela: são conflitos raciais, sexuais, religiosos, culturais e regionais que podem remontar a períodos anteriores ao capitalismo, mas que nele tomam uma forma especificamente capitalista⁸.

Para o movimento *Black Lives Matter* (BLM) – vidas negras importam –, essa segunda interpretação, feita sob as lentes das críticas raciais, sem dúvidas seria a leitura a ser realizada e compartilhada. Considerando tanto seus ideais constitutivos de quando, em 2013, ainda era uma espécie de ‘ato de revolta’ sem pretensão organizacional-institucional quanto a sua posterior consolidação enquanto ‘movimento social’, sobretudo a partir de 2014⁹, fica fácil notar que sua hermenêutica de mundo não poderia ser outra, que não a do necessário olhar com o “recorte de raça”.

Não à toa, em 2020, o Movimento em questão se manifestou expressamente sobre o homicídio de George Floyd, deixando nítida sua interpretação sobre o fato. À época, o Black Lives Matter divulgou em seu *site* uma nota na qual uma de suas passagens registrava seu

⁸ ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. p. 60.

⁹ “O Black Lives Matter começou em 2013. Consternadas com a absolvição de George Zimmerman pelo assassinato em 2012 de Trayvon Martin, de dezessete anos, três ativistas negras, Alicia Garza, Patrisse Cullors e Opal Tometi, expressaram no Twitter sua raiva e frustração pela falta de justiça que continua a ser endêmica à experiência negra nos Estados Unidos. As três amigas tuitaram com a *hashtag* #BlackLivesMatter, ganhando a atenção de diversos artistas, que levaram a ideia para além da mídia social. Contudo, o Black Lives Matter só ganhou força para ser chamado de “movimento” em 2014, depois da morte de Michael Brown, de dezoito anos, em Ferguson, Missouri.” in BONILLA-SILVA, Eduardo. **Racismo sem racistas: o racismo da cegueira de cor e a persistência da desigualdade na América**. / Eduardo Bonilla-Silva; Prefácio Silvio Almeida; tradução Margarida Goldsztajn – 1ª edição – São Paulo: Perspectiva, 2020, pp. 388-389.

luto e sua luta: “Today, we remember George Floyd. And we remember every other Black life lost to police brutality, racial injustice, and white supremacy (...)”¹⁰. Tais palavras registravam que, para o grupo, a morte do corpo físico de Floyd era não apenas um ‘desvio anômalo’ da atuação policial, como se fosse um acidente isolado desgrudado da questão racial, mas era precisamente o contrário disso: um lamentável resultado “da brutalidade policial, injustiça racial e supremacia branca”¹¹, características históricas e de projeto da polícia de seu país.

Do ponto de vista de movimento social, esse triste episódio deu ao BLM ainda mais força de mobilização e fez este se reafirmar novamente como uma manifestação legítima da expressão da ação política. Assim, com mais uma razão concreta de reivindicação da vida cultural, social e política, o Black Lives Matter – fundado nos Estados Unidos em 2013 por ocasião do assassinato de outro jovem negro (Trayvon Martin, 18 anos) pela polícia local¹², absolvida na apuração de sua responsabilidade¹³ – organizou-se, em reunião, em *assembleia*, centrando as revoltas genuínas da população sobre a morte de Floyd, auxiliando, assim, no processo de transformação e de catalisação dos sentimentos de indignação em ação política, sobretudo da comunidade negra.

Assim, aquele corpo preto, morto, estirado no chão não era “o” corpo de George Floyd. Por outro lado, também não era apenas “um” corpo preto estirado no chão. E é por essa linha, a partir desse evento e de seus desdobramentos, que o presente ensaio busca, de modo sintético, tecer algumas considerações teóricas sobre a *ação política*, assim o fazendo principalmente com base na filosofia pós-moderna proposta por Judith Butler, verificando o cabimento de sua gramática¹⁴ no caso Floyd, donde suas abstrações se mostram não somente

¹⁰ Tradução livre: *Hoje nós lembrados de George Floyd. E nós lembramos de todas as outras vidas negras perdidas para a brutalidade policial, para a injustiça racial e a supremacia branca (...): in BLACK LIVES MATTER. Rest in Power, beautiful.* Disponível em: <https://blacklivesmatter.com/rest-in-power-beautiful/>

¹¹ Id.

¹² BLACK LIVES MATTER. *About.* Disponível em: <https://blacklivesmatter.com/about/>

¹³ BONILLA-SILVA, Eduardo. Op. Cit., p. 388.

¹⁴ O termo *corpo* amplamente utilizado neste trabalho faz parte da gramática empregada na teoria de Butler e mostra-se uma forte referência da autora com os trabalhos Foucaultianos, que, antes dela, talvez não

possíveis, como também onde se realizam.

II – O CORPO DA VIDA PRECÁRIA

Vários são os corpos de George Floyd evidentemente não por uma lógica física ou biológica. Isto, aliás, reduziria indevidamente George Floyd (“big Floyd”) e a importância que ele sempre teve e assumiu posteriormente à sua morte. Ao contrário disso, seu corpo não é apenas *um*, em razão de um ponto de vista sobre a *manifestação da vida cotidiana* e da *ação política*.

Da “manifestação cotidiana” porque o que ocorreu com George Floyd acontece todos os dias nos Estados Unidos e em outros países do globo, especialmente com ligação colonial: corpos pretos são exterminados por agentes do aparato repressor do Estado de forma mais ou menos velada, mas precisamente em razão do pertencimento daquele corpo ao seu grupo racial. Na ponta do Sistema de Justiça Criminal, no caso brasileiro, são esses corpos “o elemento suspeito cor padrão”¹⁵, que estão mais suscetíveis a abordagens policiais¹⁶, à

exatamente com idêntica acepção, valia-se dessa palavra para desenhar suas noções teóricas. Em algumas de suas obras, Butler faz reflexões diretas sobre os estudos de Foucault, inclusive especificamente sobre sua interpretação sobre *corpo*. É o que se encontra *n’a vida psíquica do poder*: BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder**: teorias da sujeição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. A dificuldade de definir a linhagem teórica do *corpo* em Foucault e encaixá-la numa das possíveis categorias do construtivismo, por sua vez, é bem descrita por Angela Fonseca em tese doutoral, que em dada passagem conclui: “Há, portanto, essa dificuldade pontual de expor qual seria a noção precisa de corpo em Foucault, sem que se perceba que, se efetivamente existe uma determinada compreensão de corpo ainda que não explicitada mas presente em suas análises, a leitura de corpo não seria continuada ou homogênea” *in* FONSECA, Angela Couto Machado. **Corpo, Biopolítica e Direito**: percursos filosóficos da ordenação e regulação biológica. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2014. p. 163.

¹⁵ Em pesquisa etnográfica, registrou-se essa expressão em conversas de rádio patrulha, no Rio de Janeiro *in* RAMOS, Silvia; MUSUMECI, Leonarda. **Elemento suspeito**: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005. p. 49.

¹⁶ Id., p. 49.

letalidade policial¹⁷ e à prisão¹⁸, sendo essa realidade *presença*¹⁹ em suas vidas.

Da “ação política” porque o que George Floyd vivenciou e representou enquanto indivíduo preto em sua própria vida (podendo-se também conjugar nessa “equação” a sua classe social e condição de egresso do sistema penitenciário), bem como os eventos e os momentos históricos aliados a ele, tudo isso, no ponto de vista da *ação política* permitiu a consolidação de bases de manifestações e de reunião de pessoas nas ruas (o que pode se chamar de *assembleia*) no ano de 2020.

Esse cenário, – contemporâneo, é verdade²⁰ – parece bem retratar, no plano concreto, algumas das considerações teóricas observadas ou propostas pela filósofa Judith Butler, no plano abstrato, em relação à *assembleia*, à *ação política*, à *arena* e, também, ao que ela denomina de *Aliança*. Antes dessas considerações, no entanto, um passo atrás: a proposta de Butler debruça sobre a noção de “vidas precárias”, conceito que, intimamente ligado aos subtemas recém listados, pode ser lido em relação às manifestações ocorridas logo após o assassinado de Floyd. Isto porque, de acordo com Butler, existem na formação social uma divisão violenta das vidas que são “passíveis de luto”²¹ daquelas que não são. Há, de um lado, aquelas vidas que são dignas de serem plenamente vividas e, de outro lado, aquelas que não são dignas para tanto. Essas vidas que não são dignas e tampouco passíveis de luto são as chamadas

¹⁷ “Foram 814 mortos pela polícia de São Paulo em 2020. Do total de homicídios, houve registro de raça das vítimas em 770 ocorrências. Em 63,5% dos casos, as vítimas eram negras (pretas, 7,8%; e pardas, 55,6%). A proporção de pardos e pretos entre os mortos é quase o dobro do percentual desse mesmo grupo na população paulista (34,8%). A situação se inverte no caso dos brancos, que representam 63,7% da população de São Paulo, enquanto 36,5% entre os mortos pela polícia” in RAMOS, Silvia; et. al. **Pele-alvo**: a cor da violência policial. Rio de Janeiro: CESeC, 2021.

¹⁸ INFOPEN. **Levantamento de informações penitenciárias** (INFOPEN). Ministério da Justiça. Brasília, 2016.

¹⁹ FREITAS JR., Renato de Almeida. **Prisões e Quebradas**: O Campo em evidência. Programa de Pós-Graduação em Direito. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2017.

²⁰ Como os historiadores já se ocuparam em alertar, a análise de eventos históricos recentes ou em curso gera risco de um exame incompleto ou deturpado. Ciente dessas problemáticas, vale-se ainda desses ocorridos por entender que neles, a despeito da aproximação temporal, já se é possível verificar a existência dos elementos sociais e políticos aqui avaliados, bem como os fatos já consumados são cronologicamente suficientes para os comentários tecidos neste ensaio.

²¹ BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra**: Quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p.13-53, 2015.

vidas precárias.

Nesse aspecto, sua interpretação muito lembra a noção e a terminologia de “vidas matáveis” e “vidas vivíveis”, presente em Giorgio Agamben²² e compartilhada por Achille Mbembe^{23/24} com a ideia de *necropolítica*. Ainda, essa abordagem de Butler, da precariedade de algumas vidas, nos leva à noção primeva de Michel Foucault sobre o que ele denominou de “biopolítica”, que perpassa sua própria leitura da “sociedade disciplinadora”²⁵, para entender uma nova fase da vida da governança social que é a da *segurança*, na qual o poder normalizador deixa de disciplinar sobre a soma tripla da “vigilância hierárquica, norma disciplinadora e exame”²⁶ para moldar os rebanhos demográficos sobre um cálculo de custo e de risco, exercendo esse poder “sobre o conjunto de uma população”²⁷, saindo da lógica livre do “*laissez-faire*”²⁸ [deixe fazer] para operar numa “na gestão calculada e transformadora da vida”²⁹, pondo, assim, “a implantação da vida como questão política”³⁰ – o que, indireta, mas consequentemente levaria a uma decisão estatal da escolha da morte, como descobriu Mbembe.

Nesse caldo teórico, a tese de Butler sobre a *vida precária* firma-se, como ela própria declara, como “*un intento de aproximación a la cuestión de una ética de la no violencia, basada en la comprensión de cuán fácil es eliminar la vida humana*”³¹.

²² AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua I. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, p. 146.

²³ MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3ª ed. São Paulo: Editora N-1, 2018.

²⁴ Ainda que inove em alguns debates, a teoria necropolítica de Mbembe pode ser lida enquanto uma inversão da posição Foucaultiana de biopolítica ou de um desdobramento direto da sua teoria.

²⁵ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramallete. 42ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

²⁶ Id.

²⁷ FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 18.

²⁸ Id.

²⁹ FONSECA, Angela Couto Machado. Op. Cit., p. 163.

³⁰ Id.

³¹ Tradução livre: “um intento de aproximación a questão de uma ética da violência baseada na compreensão de quão fácil é eliminar a vida humana” in BUTLER, Judith. **Vida precária: el poder del duelo y la violencia**. 1ª ed. - Buenos Aires: Paidós, 2006. p. 20.

Tal facilidade, sem maiores esforços argumentativos, faz-se presente ao caso das populações pretas nos Estados Unidos e em outros países como o Brasil. As meras estatísticas, inclusive já referendadas, comprovam isso. A violência policial destinada a esses grupos releva tal conclusão, o percentual de pessoas negras encarceradas em comparação com o número de pessoas brancas confirma a hipóteses^{32/33} e os índices de letalidade policial contra negros também. George Floyd prova isto. As centenas de casos brasileiros são prova disso. Há, infelizmente, uma espécie de *facilidade* social na eliminação dessas vidas (não que aqui se defenda ou se deseje isso, por óbvio). Há, em termos de constatação, pelos processos violentos de sociabilização histórica e das relações de poder – e não algo metafisicamente justificado, como, por exemplo, uma hipotética vontade divina, que viesse a aceitar esse desequilíbrio – uma precarização dessas vidas e desses corpos.

Por isso, por conta dessa precarização, as iniciativas de ação política concreta em prol das “vidas precárias” são tão valorizadas para Butler: porque, para ela, “o oposto da precariedade não é a segurança, mas luta por uma ordem social e política igualitária na qual uma interdependência possível de ser vivida se torne possível”³⁴. Alcançar essa almejada condição “seria, ao mesmo tempo, a condição do nosso autogoverno como uma democracia, e a sua forma sustentada seria um dos objetivos obrigatórios desse governo”³⁵. É precisamente por essa razão que a ideia de organização em assembleia é bem-vinda, para se gerar uma oposição ao que se tem de vida precária.

No entanto, apesar de bem-vinda nesse sentido de contra-precarização, as assembleias não necessariamente são positivas. Afinal, embora “a ideia de corpos juntos nas ruas deixa as pessoas de esquerda entusiasmadas, pois é como se o poder estivesse sendo tomado,

³² ALEXANDER, Michelle. **A nova segregação: racismo e encarceramento em massa**. Editora Boitempo. São Paulo. 2018.

³³ INFOPEN. Op. Cit. passim.

³⁴ BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia** / Judith Butler; tradução Fernanda Siqueira Miguens; revisão técnica Carla Rodrigues. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 65.

³⁵ Id., p. 65.

retomado, assumido e incorporado de uma maneira que prenuncia a democracia”³⁶, existem, para se dizer o mínimo, as manifestações que não compartilham dessa mesma premissa e podem comumente ter por fim ações que precarizam ainda mais as vidas precárias. São o caso, por exemplo, de manifestações fascistas, neonazistas, de atos em apoio governista a gestões regressistas ou de qualquer passeata conservadora que implique em mais precarização de vidas já precárias. Deve-se ter em mente, portanto, que nem toda assembleia é sinônimo de movimento por uma melhoria no *status* precário da vida precária; sendo que “muitas das manifestações públicas dos últimos anos não foram direcionadas contra ditaduras militares ou regimes tirânicos, e muitas delas produziram novas formações de Estado ou condições de guerra que certamente são tão problemáticas quanto as que substituíram”³⁷.

Apesar desse fato, apesar de realmente existir manifestações com esse potencial de precarizar ainda mais as vidas “invividas”, a assembleia em rua não deve ser rejeitada ou aguardada com pavor. Antes o contrário.

Em Butler, as ações políticas – que, aliás, passam e se efetivam pela assembleia – têm potencial de transformar as vidas precárias e, mais que isso, têm potencial de ganhar mais contornos com as vidas precárias. É como se essas vidas precárias representassem uma espécie de chave para as transformações sociais e talvez, por isso, sejam uma certa “aposta” para a ação política. Não fosse isso, não diria a autora que:

“talvez o mais importante sejam as formas de mobilização animadas por uma consciência cada vez maior do grupo de pessoas que correm o risco de perder o emprego e ter sua casa tomada pelo banco; do número de pessoas que correm um risco diferencial de sofrer assédio nas ruas, criminalização, encarceramento ou patologização; dos contextos raciais e religiosos específicos dessas pessoas cujas vidas são consideradas dispensáveis por aqueles que promovem a guerra. (...), essa perspectiva implica a necessidade de uma luta mais generalizada contra a precariedade, uma luta que surja de uma sensação experimentada de precariedade, vivida como uma morte lenta, uma noção danificada de tempo ou uma

³⁶ Id., p. 114.

³⁷ Id., p. 63.

exposição não administrável à perda, ao prejuízo e à indignância arbitrários – essa é uma sensação experimentada ao mesmo tempo singular e plural. A questão não é se reunir por modos de igualdade que nos mergulhariam a todos em condições igualmente não vivíveis. Ao contrário, a ideia é exigir uma vida igualmente possível de ser vivida, que também seja posta em prática por aqueles que fazem a reivindicação”³⁸.

Ou seja, a reunião das vidas precarizadas na revolta e combate de sua própria situação de precariedade dá oxigênio reivindicatório às mudanças sociais que se formaram a partir dos corpos na rua, em assembleia.

Por isso, exatamente por isso, é que dentro da teoria de Butler os movimentos em torno da causa de George Floyd, a assembleia e aliança formada em volta desse simbólico evento tiveram os contornos, o alcance real e o potencial de mobilização que tiveram. Os protestos, as marchas e as passeatas que ocorreram após a morte de Floyd (e de tantos outros) traduzem essas mobilizações “animadas por uma consciência” de um grupo de vidas precárias³⁹.

Ser preto nos Estados Unidos ou no Brasil é ter uma facilidade de ser uma vida matável. Como dito antes, várias são as estatísticas que comprovam isso. E, além desses números, é também o que declaram essas próprias vidas precarizadas – cujas vozes, diga-se de passagem, possuem grande valor à teoria em razão de seu caráter identitário que orbita a episteme de Butler. Declarações essas que constam nas palavras de ordem em cada manifestação do *Black Lives Matter* e que, antes, já constavam na garganta e punhos dos antiescravagistas ou, na luta por direitos civis na década de 1960, com o Sonho de Martin Luther King Jr.

Portanto, um mérito da teoria de Butler (que pode ser encontrado em outros lugares, por certo) é o destaque a essas vidas que comumente são subjugadas pelos processos históricos-sociais. Note-se: são as vidas precárias que assumem um protagonismo nessa “tal história” de transformação social. E isso “não é pouca coisa”, seja em termos teóricos, seja em

³⁸ Id., p. 65.

³⁹ Id., p. 65.

termos práticos.

Em termos teóricos, esse alinhamento à voz das vidas precárias remete o pensamento de sua tese aos debates da episteme do sul, da amplificação dos subjugados e dessa forma, nesse particular, aproxima-se das vertentes teóricas decoloniais.

Em termos práticos, Butler explica – sem querer, ao inscrever-se em outro tipo de debate – a importância dessa tomada de protagonismo em sua teoria, já que, segundo ela, há uma espécie de *risco* político quando o exercício da mudança social e da ação reivindicatória é conduzido por terceiros que não os interessados:

“quando os Estados chamam atenção para os próprios históricos de direitos humanos relativamente progressistas no que diz respeito às mulheres, às lésbicas, aos gays e às pessoas transgênero com o objetivo de desviar a atenção de um registro atroz dos direitos humanos no que diz respeito às populações cujos direitos básicos à autodeterminação, ao movimento e às assembleias são negados (como acontece no caso da campanha de *pinkwashing* em Israel, que desvia a atenção da grande criminalidade da sua ocupação, do confisco de terras e das políticas de remoções forçadas)? Por mais que queiramos que os nossos direitos sejam reconhecidos, devemos nos opor ao uso desse reconhecimento público dos nossos direitos a fim de encobrir ou desviar a atenção da privação massiva de direitos para outros, incluindo mulheres, queers e minorias sexuais e de gênero que vivem sem os direitos básicos de cidadania na Palestina”⁴⁰.

Esse receio contido no exemplo do *pinkwashing* procede de dada maneira. Porém, ele também soa talvez como algo muito específico para tamanha definição teórica. Dessa maneira, cabe registrar que se imagina que, para Butler, o deslocamento do eixo focal no protagonismo do pleito da reivindicação social concreta valeria para outros contextos, sem necessariamente existir uma estratégia estatal premeditada para beneficiar colateralmente sua própria agenda e interesses, como a autora sugere ocorrer em Israel. Seria esse o caso de hipóteses em que somente a ação política vinda pelas mãos das vidas precárias ostentaria legitimidade na transformação social e pleito por direitos.

Seja como for, tendo o mérito que tenha ou lhe atribuíam ter, fato é que a ação política

⁴⁰ Id. 51.

pode ser pensada, em Butler, não só *para* as vidas precárias, mas precisamente *a partir* delas; elas como sujeitos ativos da sua própria ação política e *em razão* da sua condição de vida precária. E no caso de George Floyd isso é nítido e isso se mostrou empiricamente possível. Vidas pretas, vidas precárias se reuniram em assembleia e aliança porque viram de forma expressa o que já sentem cotidianamente: que sua existência é subjugada e “matável” por outros e é por isso que elas vão às ruas⁴¹; porque “o oposto da precariedade não é a segurança, mas luta por uma ordem social”⁴² onde a vida precária preta possa viver, sem ser – literalmente – sufocada até a morte em via pública à luz do dia.

III – O CORPO EM SI COMO AÇÃO POLÍTICA

Outro⁴³ aspecto da teoria de Butler que é verificável nas manifestações que ocorreram em protesto, memória e revolta à morte de Floyd (em mais de 140 cidades dos Estados Unidos⁴⁴ e ao redor do mundo^{45/46}, em momento de pandemia de COVID-19, com isolamento social), relaciona-se ao uso dos corpos em si como manifestação da ação política.

Para Butler, a mera⁴⁷ circulação dos corpos já constitui uma espécie autônoma de ação política. Seu raciocínio opera nesse sentido: se a vida precária é precarizada por outros e

⁴¹ Além das ruas, houve também mobilização na *internet*, mas o foco de análise seria outro se dela fosse comentar.

⁴² BUTLER, Judith. Op Cit., 2018, p. 65.

⁴³ A rigor, pode-se dizer que é o mesmo aspecto, porém em outro momento do raciocínio.

⁴⁴ CNN BRASIL. **Caso George Floyd desencadeia protestos em pelo menos 140 cidades nos EUA**. 01/06/2020. Disponível: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/protestos-tomaram-ao-menos-140-cidades-dos-eua-apos-morte-de-george-floyd/>

⁴⁵ O ESTADO DE SÃO PAULO; THE NEW YORK TIMES. **Multidões em todo o mundo marcham em solidariedade a protestos nos EUA**: Dezenas milhares se manifestam na Austrália, Reino Unido, França, Alemanha e outras nações em apoio aos protestos dos EUA contra a morte de George Floyd. 06/06/2020. Conteúdo disponível em: <https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,multidoes-em-todo-o-mundo-marcham-em-solidariedade-a-protestos-no-eua,70003327132>.

⁴⁶ UOL. **Manifestações antirracistas entram no décimo segundo dia nos EUA e no mundo**: a repercussão do caso George Floyd colocou em evidência a questão da brutalidade policial nos Estados Unidos. 06/06/2020. Disponível em: https://cultura.uol.com.br/noticias/9160_manifestacoes-antirracistas-entram-no-decimo-segundo-dia.html

⁴⁷ Diz-se mera no sentido de isolado e de autonomia, e não em redução de importância.

pelos outros é subjugada, a exposição dos corpos e sua circulação pública constitui uma resistência a esse movimento que tenta os excluir da circulação e que tenta pôr essas vidas para de “baixo do tapete”. Em síntese, “os corpos nas ruas transferem o espaço de aparecimento a fim de contestar e negar as formas existentes de legitimidade política”⁴⁸. Nisso, portanto, disputam as vidas precárias o espaço público e o espaço “oficial” com aqueles quem os precarizam, demonstrando que a vida precária pode ser, estar e se realizar onde lhe negaram.

No caso de certos movimentos reacionários, que igualmente podem se reunir, como já assinalado anteriormente, há uma diferença: não se há, via de regra, essa espécie de disputa tal como na assembleia das vidas precárias. Afinal, num plano dicotômico, trazido apenas para fins de simplificação teórica, em movimentos compostos por “precarizadores” não se agregam ou acolhem da mesma maneira as vidas precárias.

Assim, ainda que as motivações das manifestações de rua sejam das mais diversas possíveis, algo há em comum entre esses eventos. Algo que dá a tônica das interpretações de Butler: o corpo. Nesse caso, o corpo no espaço público. Nesse sentido, explica a autora:

“repetidas vezes ocorrem manifestações de massa nas ruas e nas praças e, embora muitas vezes elas sejam motivadas por propósitos políticos diferentes, alguma coisa semelhante, não obstante, acontece: os corpos congregam, eles se movem e falam juntos e reivindicam um determinado espaço como público”⁴⁹.

Esses corpos, no caso das vidas precárias, querem dizer mais do que circulação quando estão fisicamente no domínio do público, nas vias, calçadas, parques e praças. Esses corpos de vidas precárias não só estão lá, mas também dizem *eu posso estar lá*.

As vidas que marcharam pelo assassinato de Floyd expressavam isso. A exposição pública de seus corpos, pretos e precarizados, mostravam que sua circulação e sua presença

⁴⁸ BUTLER, Judith., 2018, Op. cit., p. 78.

⁴⁹ Id., p. 67.

na rua, em união, já era *per si* insurgente. Afinal, foi isso que George Floyd estava fazendo ao ser estrangulado até a morte no asfalto de uma rua qualquer: ele expunha seu corpo na via pública, quando esse ato “transgressor” e suficiente não foi admitido pelas vidas (brancas) que o precarizam em sua última consequência⁵⁰. Por isso que a “exposição do nosso corpo no espaço público nos constitui”⁵¹, porque para a vida precária ela a revela e a rebela.

Do ponto de vista individual, portanto, essa circulação e essa presença já seriam de dado modo uma resistência e um ato de transgressão das vidas precárias (e penso que um ato típico dessas vidas subjugadas). Agora quando essa lógica é levada ao plano coletivo, ela assume uma importância ainda maior.

Coletivamente, o corpo que se reúne em assembleia parece transcender. Mais do que dizer que isto é uma soma de cada parte, esse *todo* é algo para além dele próprio. O corpo não mais só diz que *está* aqui, ou que *pode* estar aqui, mas também comunica que *deve* estar aqui, se assim o quiser.

Quem foi às ruas contra a brutalidade policial nos Estados Unidos comunicava-se enquanto indivíduo que estava circulando com o corpo exposto no público e que podia assim o fazer. Mas além disso, a mensagem que queria se transmitir com a Assembleia desses corpos era o de todos aqueles corpos pretos podiam e deviam estar ali.

Nisso, como brevemente mencionado, haveria uma espécie de transcendência. Não

⁵⁰ Nesse sentido, um pequeno parêntese. Caso se argumente que o desfecho do episódio da abordagem policial em questão se deu não pela circulação do corpo, mas pela suspeita do uso da cédula falsa *per si*, deve-se registrar que o modo em que a abordagem foi conduzida difere-se da forma como ela é procedida em relação a outros corpos. Além disso, a cédula em questão, se falsa, não era necessariamente do conhecimento de Floyd, o que não haveria qualquer crime, aplicando-se a lógica penal brasileira com a sua figura do erro de tipo (art. 20, Código Penal Brasileiro). O desconhecimento de Floyd sobre a qualidade da cédula é sugerido por testemunhas e canais de mídia. O próprio caixa que recebeu a nota inidônea no comércio local, Martin, disse em julgamento que “I thought that George didn't really know that it was a fake bill” [eu “achava que George realmente não sabia que a nota era falsa”] in MPR NEWS. *Chauvin trial: Witness testimony continues Wednesday morning*. YouTube. 2021. <https://www.youtube.com/watch?v=kT03GgbzWh8&t=2419s>. De mais a mais, ainda que houvesse dolo e crime na conduta, isto não permitiria a execução sumária que ocorreu na abordagem em questão e tampouco traria prejuízo à teoria no ponto em que se fundamenta que a circulação de corpos da vida precária em espaços públicos é uma “transgressão”.

⁵¹ Id., p. 88.

saberia dizer se ortodoxamente seria permitido afirmar dessa maneira, mas penso que no corpo, nessa materialidade própria, haveria também uma certa metafísica; e isto especificamente quando (e talvez somente quando) eles corpos estão reunidos em Assembleia e em Aliança.

Ora, se todos ali estão porque são precários, a precariedade ali presente passa desse nível individual e assume a qualidade de *coletivo* (ou de *classe* para alguns). Os motivos da precariedade acabam encontrando aspectos comuns entre ela, entre cada um daqueles indivíduos, de forma que o contorno de cada um daqueles corpos passa a se confundir na borda do outro, como o giz que esfuma o desenho e mistura suas cores na área de penumbra. A precariedade particularizada de cada indivíduo passa a ser a precariedade não somente sua, mas daquele grupo de vidas como um todo. Por essa comunhão, o interesse pela precariedade individual perde lugar para a precariedade daquele amálgama comum, de forma que o que importa não é mais a história daquele corpo individual em específico, mas as condições pelas quais ele está precarizado e está ali reunido com outras vidas precarizadas. E sobre essas condições que será operada a ação política: em Floyd, “no matter who we are, no matter where we’re from, no matter what we do — we matter”⁵².

IV – O CORPO NO ESPAÇO DA AÇÃO POLÍTICA

Soma-se a essa equação, ainda, o espaço da ação política: a arena. Isto porque, para Butler, o espaço público participa da ação política e não deve ser considerado apenas como um detalhe qualquer daqueles fatos. Na sua leitura, o espaço conjugado com a mobilização e com os corpos de assembleias em movimento também é um fator poderoso para a ação política e para seu atributo comunicativo, não podendo ser desprezado de análise ou valoração.

⁵² Tradução livre: “Não importa quem você é, não importa de onde você é, não importa o que você faz. Você importa”. in BLACK LIVES MATTER, 2020. Op. Cit. s/p.

Essa concepção, na realidade, ao computar o fator humano na integração com o ambiente, aproxima-se muito com as considerações do geógrafo Milton Santos, em sua diferenciação de paisagem e espaço:

Durante a guerra fria, os laboratórios do Pentágono chegaram a cogitar da produção de um engenho, a bomba de nêutrons, capaz de aniquilar a vida humana em uma dada área, mas preservando todas as construções. O Presidente Kennedy afinal renunciou a levar a cabo esse projeto. Senão, o que na véspera seria ainda o espaço, após a temida explosão seria apenas paisagem. Não temos melhor imagem para mostrar a diferença entre esses dois conceitos⁵³

O comparativo, desse modo, pode ser feito pois, em Santos, “a paisagem é história congelada, mas participa da história viva. São suas formas que realizam, no espaço, as funções sociais”⁵⁴, exatamente como, em Butler, as questões da arquitetura e da infraestrutura não apenas integram a paisagem, como também “participam da criação do espaço da política”⁵⁵. Logo, em virtude dessa premissa teórica, se entende que a circulação e reunião de corpos, reciprocamente envolta no espaço público, é dado relevante aos contornos da ação política.

Não fosse assim, por que Rosa Parks tanto se importaria em qual assento do ônibus ficar se o cenário é só cenário? A resposta é porque não é. O espaço, sobretudo o espaço público é importante e, sempre, motivo de disputa: para isso que a geografia serve⁵⁶.

Nesse sentido, não se negligencia o fato de que “a rua não é o único suporte de infraestrutura para a fala e para a ação política”⁵⁷, porém o “público”, do “espaço público” bem compatibiliza com a ideia de formação de ação política e, principalmente, com a ideia de assembleia presente em Butler.

⁵³ SANTOS, Milton. Op. Cit., pp. 68-69.

⁵⁴ SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo – razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2002. p. 107.

⁵⁵ BUTLER, Judith., 2018, Op. cit., p. 117.

⁵⁶ LACOSTE, Yves. **Geografia: Isso serve**, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Editora: Papirus Editora. Edição: 19.

⁵⁷ BUTLER, Judith. 2018, Op. cit., p. 117.

A ligação umbilical da infraestrutura (não precisamente nos termos marxianos) com a ação política, nesse particular, é melhor enxergada por Butler, a respeito da própria teoria:

“Mas quando a política está orientada no sentido de criar e preservar as condições que proporcionem vidas vivíveis, então parece que o espaço de aparecimento nem sempre pode ser separado das questões relativas à infraestrutura e arquitetura, e que elas não apenas condicionam a ação, mas participam da criação do espaço da política”⁵⁸.

Assim, se em Rosa Parks o lugar no ônibus era condição que proporcionava “vidas vivíveis”⁵⁹ – como de fato era – faz todo sentido o âmbito espacial assumir uma condição seja teórica, seja prática de maior relevo. Não se podia lá, como não se pode em tantos outros contextos (sobretudo de segregacionismo), separar essa dimensão material da infraestrutura com a condição da vida precária. Aqui, é forçoso dizer, que há – intencionalmente ou não – um traço marxista no reconhecimento das condições materiais para em que Butler se chama de condições “vivíveis” (e que em Marx seria apenas a condição de vida da classe proletária). Há em dada medida, na teoria, logo, a *privilegiação* dos aspectos materiais.

Deixando de lado as origens do pensamento, fato é que o âmbito material do espaço deve ser levado em consideração. E se não por outros teóricos, por Butler. Não se pode excluir essa variante das análises da ação política. Isto por diversos motivos, dos quais dois merecem maior atenção quando se trata de ação política e, principalmente, de assembleia.

Em primeiro lugar porque a ação política, como frequentemente acontece, às vezes tão apenas se organiza em assembleia para, precisamente, demandar e exigir mudanças fáticas no plano material da infraestrutura ou de algo diretamente ligada a ela. Num ato ambientalista visando evitar a derrubada de uma árvore, por exemplo, é crucial que o espaço de assembleia dos manifestantes seja ao redor da árvore em questão: reunir-se, nesse caso, no parque, abraçando a planta para obstruir o acesso de um trator ao seu tronco, além de ser

⁵⁸ Id., p. 117.

⁵⁹ Id., p. 117.

simbólico, é materialmente efetivo no plano da ação política. Em termos figurativos e pragmáticos é o que faz mais sentido. Essa é uma escolha relevante à assembleia em detrimento da eleição de qualquer outro local sem qualquer relação fática com a árvore objeto do ato político: um açougue, um prédio, um shopping, um aeroporto. O ‘cenário’, nessa ilustração ambientalista, não é um desimportante detalhe da demanda social e da ação política; assim como na teoria de Butler o espaço da assembleia, a arena, tampouco o é.

Em segundo lugar, a arena não pode ser ignorada da importância da ação política porque – além de poder ser o próprio objeto da disputa social – a infraestrutura por outras vezes é exatamente a estratégia comunicativa da ação política. Ora, por qual motivo os ativistas anticapitalistas, dentro de sua lógica declarada, racionalmente escolheriam quebrar as vidraças de um banco e não de uma escola?

O elemento físico da infraestrutura, portanto, tem um papel não apenas estático ou acessório, mas também comunicativo – sendo esse, aliás, seu principal atributo nessas hipóteses de uso tático do espaço, da arena.

A ‘Batalha de Seattle’⁶⁰, de 1999, conduz exemplificativamente à mesma conclusão do que no caso das ações anticapitalistas contra bancos, e não escolas. Em Seattle, em protesto à “rodada do milênio”, encontro da Organização Mundial do Comércio (OMC) no qual discutir-se-ia medidas de “livre mercado” sobre matérias aduaneiras, produtivas, de subsídios e de trabalho, 40 a 100 mil manifestantes reuniram-se contrários à pauta neoliberal da instituição, que precarizaria mais ainda as vidas precárias e, por dias, posicionaram-se à frente de onde ocorreria a Conferência para barrá-la. Taticamente, instalaram-se à frente dos olhos da imprensa internacional e, dentre demais atos, firmaram um cordão humano para frustrar o acesso dos conferencistas à reunião. A estratégia concreta funcionou por um tempo e a reunião não ocorreu na cidade estadunidense naquele ano. Mais tarde o encontro foi

⁶⁰ BATTLE in Seattle. Stuart Townsend. Hyde Park Entertainment. Insight Film Studios. Vídeo. (1h51min). 2007.

levado ao Catar, para lá ser realizado, como forma de silenciamento e de desarticulação logística dos dissidentes. Novamente, nesse caso, o espaço não era acessório à assembleia e à ação política. Tanto que o deslocamento do encontro à Doha pelos países da Organização se mostrou útil às tratativas da OMC, ainda que elas não tenham tido uma conclusão definitiva: não se registrou na península arábica qualquer protesto como os de Seattle, tanto pelo seu regime político diverso do da América quanto pela sua geografia, que impediu materialmente a assembleia dos manifestantes de 99.

Nos atos de rebeldia pela precariedade de vidas como a de Floyd isto é completamente nítido em dois exemplos.

Um deles é quando as vidas precárias, em seu terceiro dia de protesto, ateam fogo na Delegacia onde trabalhavam os policiais homicidas e nas redondezas daquele local⁶¹. Essa ação direta de intervenção não teve por objetivo ferir as pessoas, mas dar visibilidade, simbologia e mesmo *ação* à ação política. A intenção relevou não ser a de machucar pessoas porque além disso precarizar mais vidas e enfraquecer os movimentos legítimos de respeito e melhoria da vida social, o ato foi praticado durante à noite, fora do horário em que os agentes policiais trabalhavam, em prédios desocupados. No caso da Delegacia, o ato político mostrou-se ser uma escolha mirando a infraestrutura e o que ela representava eis que aquela instituição e suas práticas precarizavam as vidas pretas. Aquela intuição e suas práticas (ambas na qualidade de infraestrutura) “não apenas condiciona[va]m a ação, mas participa[va]m da criação do espaço da política”⁶².

Havia propriamente uma estratégia comunicativa e performática naquela ação política. E essa estratégia toda se centrava no espaço da infraestrutura, não sendo ela um

⁶¹ Além da Delegacia, manifestantes atearam fogo em prédios desocupados em construção, próximos geograficamente do posto policial, o que levou, inclusive, a uma confusão na divulgação de fotografias que se diziam ser da Delegacia, enquanto, na realidade, era dessas obras. A respeito: REUTERS. *Fact check: Minneapolis building on fire is apartment complex, not police precinct*. 29/05/2020. Disponível: <https://www.reuters.com/article/uk-factcheck-fire-building-mn-idUSKBN23537D>

⁶² BUTLER, Judith. 2018, Op. cit., p. 117.

mero cenário de menor importância na composição da reivindicação material e simbólica da ação política. A Delegacia era o templo que abrigava a “brutalidade policial, injustiça racial e supremacia branca” associadas à morte de George Floyd. Por isso os manifestantes escolherem lavar aquele templo com fogo. A arena possuía ali uma importância central e não acidental à manifestação, em termos comunicativos, performáticos, simbólicos e úteis ao pleito coletivo da mudança social.

Imagem 1



3ª DELEGACIA DE POLÍCIA DE MINNEAPOLIS

FONTE: CARLOS GONZALEZ/STAR TRIBUNE VIA GETTY IMAGES

Imagem 2



PRÉDIO DESOCUPADO PRÓXIMO À 3ª DELEGACIA DE POLÍCIA DE MINNEAPOLIS
AUTORIA DESCONHECIDA

Perceba-se: não seria possível a ação política simbólica, material e comunicativa nesse caso senão pela infraestrutura. Não é o fogo sozinho o elemento da expressão. Mas é ele conjugado com o espaço arquitetônico e físico sobretudo da Delegacia que acolhia os policiais-assassinos e as práticas veladas (ou nem tanto) de racismo e de precarização da vida que aquele prédio abrigava.

O segundo exemplo desse aspecto comunicativo do espaço físico no rico caso dos atos contra a precarização da vida preta motivados após a morte de Floyd é o da derrubada das estátuas de colonizadores e traficante de escravizados, em várias partes do globo⁶³. Viu-se nessa mobilização mais uma estratégia do uso do espaço público que condicionava a ação política e dela participava efetivamente.

Para reverter o processo histórico dessas precarizações, notou-se que a derrubada das estátuas em ode aos vendedores e assassinos de escravizados era uma possível estratégia de

⁶³ DW. *British slave trader statue pulled down in George Floyd demonstration: Protesters in the UK have pulled down a statue of a slave trader during a demonstration in honor of George Floyd. Since Black Lives Matter protests began, controversial statues have come down in cities around the globe.* 07/06/2020. Disponível <https://www.dw.com/en/british-slave-trader-statue-pulled-down-in-george-floyd-demonstration/a-53721349>

ação política e de comunicação. Afinal quem construiu aquelas estátuas tinha pleno conhecimento do seu poder simbólico e infraestutural e assim o fez como marca de poder e memória. Os pensadores anticoloniais têm total ciência e se dedicam a demonstrar como funcionam esses processos.

Dessa forma, a derrubada e o arremesso às águas da imagem dos colonizadores e traficantes de corpos escravizados trazia no ato de performance a chance de que a vida precarizada atual superasse esse poder histórica e simbolicamente imposto a eles. Nesse caso, por mais uma vez, a infraestrutura deve necessariamente ser analisada. Ela, como refletido à exaustão, condicionava e participava da ação política, sendo com ela mais possível a estratégia comunicativa de se gritar a plenos pulmões que, sim – tanto no passado colonial quanto no presente policial de George Floyd – Vidas Negras Importam!

Imagem 3



MANIFESTANTES REMOVEM E JOGAM AO RIO ESTÁTUA DE EDWARD COLSTON, TRAFICANTE ESCRAVAGISTA, BRISTOL, UK

PICTURE-ALLIANCE/BEM BIRCHALL (VIA DW)

Essa lógica da utilização da infraestrutura de modo simbólico, com o caso das estátuas após a morte de Floyd, é a mesma vista no Brasil com novos projetos legislativos buscando alterar nomes de vias públicas que homenageiam pessoas que historicamente precarizaram

vidas “matáveis”, como traficantes de escravizados e torturadores. Em São Paulo, também, foi essa a mesma lógica que motivou uma intervenção sobre o monumento dos Bandeirantes no Centro da capital, em protesto ao enaltecimento dessa figura histórica, que consolidou suas conquistas territoriais com o extermínio de povos originários.

Assim, por tudo que foi exposto, é possível fixar que, na teoria de Butler, o espaço onde reúnem-se corpos em assembleias é, efetivamente, um elemento decisivo à ação política e para sua comunicação – seja pela sua disputa, seja pela sua simbologia ou tática; não podendo esse fator, desse modo, ser eliminado da leitura dos atos sociais e de seus significados.

Porém, para que se atinja suas pretensões políticas e comunicativas, a escolha e a utilização da arena devem ser bem calculadas. Voltando aos desdobramentos do assassinato de Floyd – e agora a fim de encerrar as discussões sobre a arena e demais temas deste ensaio, em geral – vale apontar os atos de manifestação que tiveram em Curitiba/PR, na noite de 1º/06/2020, como um exemplo em que a utilização da arena e a concretização da ação política não se apresentaram como bem aproveitadas.

Embalados pelas expressões de solidariedade ocorridas em diversas cidades do mundo, na capital paranaense manifestantes reuniram-se em praça pública, no Centro, e marcharam em direção à sede do Poder Executivo estadual. Mais tarde, percorreram a Avenida Cândido de Abreu, no Centro Cívico, e posicionaram-se no Fórum Cível da cidade. Ali, arremessaram pedras, quebraram vidraças e escreveram palavras de ordens.

Ocorre que, à época e ainda no tempo presente, não se há notícias conhecidas de que tal Fórum tenha se envolvido ou relacionado diretamente com um episódio de letalidade policial ou de racismo explícito que viesse a justificar sua eleição e posicionamento enquanto arena daquela ação direta. Tampouco havia ali algo que viesse a ser relevante enquanto objeto estratégico de comunicação da mensagem que o movimento se propunha a comunicar. O Fórum cível não guardava, nem no campo sistêmico ou simbólico (tal como a Delegacia de

Mineapolis ou as estátuas pelo mundo o faziam), relação causal com o que pregavam os corpos em assembleia dos Estados Unidos ou as vidas precárias brasileiras. Não havia qualquer racionalidade tática na ação política ali performada. O resultado imediato disso foi a de que tal intervenção foi noticiada como um mero ato dissidente, uma baderna, vandalismo e “quebra-quebra”⁶⁴, esvaziando, assim, o potencial comunicativo da marcha – que, por si só, sem o arremesso de pedras, já se fazia suficientemente representativa. E, pior: enfraquecendo o movimento originário, que até então estava sendo considerado como legítimo, inclusive aos olhos de uma maioria e da opinião pública; levando, enfim, a manifestação daquele dia tão logo ao poço do esquecimento.

Portanto, com este último exemplo, é permitido firmar que a infraestrutura, em Butler, é elemento central e de potência à ação política. Mais uma vez: ela não apenas abriga, como também participa “da criação do espaço da política”⁶⁵. Precisamente por isso, ela pode ser explorada em termos táticos ou expressivos, de forma que, se for do desejo da assembleia *comunicar*, a escolha da infraestrutura enquanto arena deve ser ponderada para que seu potencial de ação e de estratégia não sejam desperdiçados com um esvaziamento impróprio de seu propósito.

V – CONSIDERAÇÕES FINAIS

As linhas contidas neste trabalho buscaram relacionar o assassinato policial de George Floyd e as manifestações sociais decorrentes dele com a teoria de Judith Butler sobre a ação política. Nisso, partiu-se da constatação evidente de que, por processos históricos, as vidas pretas são socialmente submetidas a condições de ‘precarizações’ próximas ao que a teoria

⁶⁴ JORNAL NACIONAL. G1. Protesto em Curitiba contra o racismo começa pacífico, mas termina com atos de vandalismo. 02/06/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/06/02/protesto-em-curitiba-contra-o-racismo-comeca-pacifico-mas-termina-com-atos-de-vandalismo.ghtml>

⁶⁵ BUTLER, Judith., 2018, Op. cit., p. 117.

de Butler denomina de “vida precária”. Constituem-se, portanto, como um grupo de vidas precárias.

Por esse motivo, as manifestações que ocorreram em protesto e solidariedade à morte de Floyd revelaram-se de suma importância social, prática e teórica. À teoria, comprovou-se a validade da gramática de Butler enquanto uma lente interpretativa possível aos movimentos sociais, já que ali se verificou a preposição de que “o oposto da precariedade não é a segurança, mas luta por uma ordem social e política igualitária na qual uma interdependência possível de ser vivida se torne possível”⁶⁶. Daí, a importância da assembleia, sobretudo quando realizada pelas próprias vidas precárias, já que, em teoria, a reunião dos corpos no espaço da ação política – na arena – não é sempre necessariamente algo positivo, reivindicatório e fraterno.

Assim, valorizando-se esse protagonismo da movimentação social das vidas precárias, até como dado de efetivação dos seus direitos, o trabalho argumenta que o uso dos corpos em si é, no caso de Floyd e nas premissas da autora de referência, uma espécie de manifestação política em si, especialmente quando circula no espaço público.

Sobre o espaço público, em acepção física mesmo, de infraestrutura, o ensaio enfatiza que ele assume papel central para a ação política. Na qualidade de arena, ambiente que abriga a assembleia dos corpos em manifestação, a infraestrutura tem potencialmente uma dupla função. De um lado, a de ser o próprio objeto da reivindicação da ação política e, de outro lado, a de ser um atributo tático à ação política, no campo simbólico e comunicativo do que se busca transformar na reivindicação social.

Por esses motivos, conclui-se do ponto de partida: do título. *Vários* são os corpos de George Floyd pois ele se expressa tanto em manifestação da vida cotidiana quanto em ação política, atingindo mais pessoas, mesmo após sua morte.

Ainda nesse sentido, vale um pensamento próprio, não contido ao menos

⁶⁶ BUTLER, Judith, 2018, Op. Cit, p. 65.

explicitamente em Butler, que é quando as vidas precárias se reúnem em assembleia há uma espécie de transcendência quase que metafísica, na qual a ação política se opera. O que este trabalho defende, neste ponto, é que quando há assembleia reivindicatória das vidas precárias “os motivos da precariedade acabam encontrando aspectos comuns entre ela, entre cada um daqueles indivíduos, de forma que o contorno de cada um daqueles corpos passa a se confundir na borda do outro, como o giz que esfuma o desenho e mistura suas cores na área de penumbra. A precariedade particularizada de cada indivíduo passa a ser a precariedade não somente sua, mas daquele grupo de vidas como um todo. Por essa comunhão, o interesse pela precariedade individual perde lugar para a precariedade daquele amálgama comum, de forma que o que importa não é mais a história daquele corpo individual em específico, mas as condições pelas quais ele está precarizado e está ali reunido com outras vidas precarizadas. E sobre essas condições que será operada a ação política: em Floyd, “no matter who we are, no matter where we’re from, no matter what we do — we matter””.

VI – REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua I. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, p. 146.
- ALEXANDER, Michelle. **A nova segregação**: racismo e encarceramento em massa. Editora Boitempo. São Paulo. 2018.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro. Editora Pólen, 2019.
- BATTLE in Seattle. Stuart Townsend. Hyde Park Entertainment. Insight Film Studios. Vídeo. (1h51min). 2007.

BBC NEWS. **George Floyd**: o que aconteceu antes da prisão e como foram seus últimos 30 minutos de vida. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52868252>

BLACK LIVES MATTER. *Rest in Power, beautiful*. 2020.: <https://blacklivesmatter.com/rest-in-power-beautiful/>

BLACK LIVES MATTER. *About*. Disponível em: <https://blacklivesmatter.com/about/>

BONILLA-SILVA, Eduardo. **Racismo sem racistas**: o racismo da cegueira de cor e a persistência da desigualdade na América. / Eduardo Bonilla-Silva; Prefácio Silvio Almeida; tradução Margarida Goldsztajn – 1ª edição – São Paulo: Perspectiva, 2020.

BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder**: teorias da sujeição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra**: Quando a vida é passível de luto?. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. *Vida precaria: el poder del duelo y la violència*. Buenos Aires: Paidós, 2006.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia / Judith Butler; tradução Fernanda Siqueira Miguens; revisão técnica Carla Rodrigues. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CNN BRASIL. **Caso George Floyd desencadeia protestos em pelo menos 140 cidades nos EUA**. 01/06/2020. Disponível: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/protestos-tomaram-ao-menos-140-cidades-dos-eua-apos-morte-de-george-floyd/>

DW. *British slave trader statue pulled down in George Floyd demonstration: Protesters in the UK have pulled down a statue of a slave trader during a demonstration in honor of George Floyd. Since Black Lives Matter protests began, controversial statues have come down in cities around the globe*. 07/06/2020. Disponível: <https://www.dw.com/en/british-slave-trader-statue-pulled->

down-in-george-floyd-demonstration/a-53721349

FLAUZINA, Ana Luiza. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**. Brasília: Programa de Pós-graduação em Direito, Universidade de Brasília, 2006. Dissertação de Mestrado em Direito.

FONSECA, Angela Couto Machado. **Corpo, Biopolítica e Direito: percursos filosóficos da ordenação e regulação biológica**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2014.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramalhete. 42a ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

FREITAS JR., Renato de Almeida. **Prisões e Quebradas: O Campo em evidência**. Programa de Pós-Graduação em Direito. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2017.

GAMBINO, Childish. *This is America*. Donald Glover. Official video. YouTube. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VYOjWnS4cMY>

INFOOPEN. **Levantamento de informações penitenciárias**. Ministério da Justiça. Brasília. 2016.

JORNAL NACIONAL. G1. **Protesto em Curitiba contra o racismo começa pacífico, mas termina com atos de vandalismo**. Em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/06/02/protesto-em-curitiba-contr-o-racismo-comeca-pacifico-mas-termina-com-atos-de-vandalismo.ghtml>. 02/06/20.

LACOSTE, Yves. **Geografia: Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Editora Papirus Editora. Edição: 19.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3ª ed. São Paulo: Editora N-1, 2018.

MPR NEWS. *Chauvin trial: Witness testimony continues Wednesday morning*. YouTube. 2021.

Em: <https://www.youtube.com/watch?v=kT03GgbzWh8&t=2419s>.

O ESTADO DE SÃO PAULO; THE NEW YORK TIMES. **Multidões em todo o mundo marcham em solidariedade a protestos nos EUA**: Dezenas milhares se manifestam na Austrália, Reino Unido, França, Alemanha e outras nações em apoio aos protestos dos EUA contra a morte de George Floyd. 06/06/2020. Conteúdo disponível em: <https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,multidoes-em-todo-o-mundo-marcham-em-solidariedade-a-protestos-no-eua,70003327132>

RAMOS, Sílvia; MUSUMECI, Leonarda. **Elemento suspeito**: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005.

RAMOS, Sílvia; [et. al]. **Pele-alvo**: a cor da violência policial. Rio de Janeiro: CESeC, 2021.

REUTERS. *Fact check: Minneapolis building on fire is apartment complex, not police precinct*. 29/05/2020: <https://www.reuters.com/article/uk-factcheck-fire-building-mn-idUSKBN23537D>

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo – razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

THE NEW YORK TIMES. *How George Floyd Was Killed in Police Custody*. Published May 31, 2020.

UOL. **Manifestações antirracistas entram no décimo segundo dia nos EUA e no mundo**: a repercussão do caso George Floyd colocou em evidência a questão da brutalidade policial nos Estados Unidos. 06/06/20. Disponível: https://cultura.uol.com.br/noticias/9160_manifestacoes-antirracistas-entram-no-decimo-segundo-dia.html

USA TODAY. *Fact check: George Floyd's death ruled a homicide, not fentanyl overdose.* April, 2021. Disponível: <https://www.usatoday.com/story/news/factcheck/2021/04/21/fact-check-george-floyd-autopsy-ruled-his-death-homicide/7317557002/>